

A FORTALEZA DE SANTA CATARINA DE RIBAMAR (PORTIMÃO) NO SÉCULO XVIII: O QUE NOS CONTA A HISTÓRIA E A ARQUEOLOGIA DA ARQUITETURA?

*THE FORTRESS OF SANTA CATARINA DE RIBAMAR (PORTIMÃO) IN THE 18TH CENTURY: WHAT DOES THE
HISTORY AND ARCHAEOLOGY OF ARCHITECTURE TELL US?*

Bruna Ramalho Galamba 

Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de História

bruna.r.galamba@gmail.com

Conflito de interesses: nada a declarar. **Financiamento:** nada a declarar.

Histórico:

Submissão | Received: 25/11/2021

Aprovação | Accepted: 16/02/2022

Publicação | Published: 18/12/2022

Todo o conteúdo da Herança – Revista de História, Património e Cultura é licenciado sob *Creative Commons*, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.



RESUMO

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, em Portimão, foi construída no início do século XVII, de forma a prover segurança à população local. As ameaças de piratas e corsários eram uma constante. Apesar de a sua construção ser sólida, seguindo as normas da arquitetura abaluartada, quando chega ao século XVIII, é confrontada com três abalos de terra significativos. Em 1719, em 1722 e, em 1755, o mais conhecido de todos os terremotos, a fortaleza é fustigada pelas forças da natureza, tendo ainda, ficado submersa com o maremoto de 1755. Os sismos provocaram a ruína parcial da estrutura. Só em 1758 e em 1794 se dava por reparada a fortaleza, possibilitando a vivência do Capitão e soldados e a defesa ativa da margem direita do rio. Em 2020, em virtude de um levantamento fotogramétrico à estrutura, e a necessidade de estudar o sistema defensivo para requalificação futura, um estudo pela perspectiva da Arqueologia da Arquitetura entendeu-se como necessário. O século XVIII, deixou marcas na estrutura, permitiu a evolução do espaço e a fixação de novas entidades. Este artigo pretende dar a conhecer estas mudanças.

Palavras-chave: Arqueologia da Arquitetura, Fortaleza Abaluartada, Terramoto de 1755, Algarve, Arqueologia Militar, História, Cultura

ABSTRACT

The Fortress of Santa Catarina de Ribamar, in Portimão, was built at the beginning of the 17th century, to provide security to the local population. Threats from pirates and privateers were constant. Although its construction is solid, following the norms of bastioned architecture, when it reaches the 18th century, it is faced with three significant earthquakes. In 1719, 1722, and 1755, the best known of all earthquakes, the fortress was buffeted by the forces of nature, and was still submerged by the 1755 tsunami. The earthquakes caused the partial ruin of the structure. It was not until 1758 and 1794 that the fortress was repaired, enabling the captain and soldiers to live and actively defend the right bank of the river. In 2020, due to a photogrammetric survey of the structure, and the need to study the defensive system for future requalification, a study from the perspective of the Archaeology of Architecture was seen as necessary. The 18th century left marks on the structure, allowed the evolution of spaces and the fixation of new entities. This article intends to make known these changes.

Keywords: Archaeology of Architecture, Bastion Fortress, 1755 Earthquake, Algarve, Military Archaeology, History, Culture

1. Introdução

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, localizada na Praia da Rocha, em Portimão, domina a sua paisagem desde há quatro séculos. Seja pela sua origem defensiva ou pela sua utilidade mais recente para o turismo, este forte é reconhecido pela população local e os seus visitantes.

Até à data, nenhum estudo aprofundado foi alguma vez realizado sobre o local. O que é certo, é que a Fortaleza é brevemente mencionada em algumas obras de referência sobre a defesa do Algarve e chega a ter algumas páginas a ela dedicada numa separata de José Rosa Sampaio em 2018. Contudo, em todos esses momentos de referência, a informação não se encontra muito correta, o que denuncia uma pesquisa muito superficial e um estudo, quiçá, com bases comparativas com outros locais que possuem algum nível de semelhança.

Em 2020, a Câmara Municipal de Portimão, proponente a entidade gestora do local, encomendou um levantamento fotogramétrico à empresa 3D Modelling Studio (3DMS), e assim, um estudo sobre a história e alterações na estrutura foi considerado essencial para compreender o percurso da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar ao longo de quatro séculos e quais as perspetivas para o seu futuro.

Neste contexto, uma dissertação de mestrado com foco na Arqueologia da Arquitetura foi considerada a forma ideal de se poder investigar de forma aprofundada a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. A dissertação abrange uma perspetiva de defesa histórica e implementada no terreno, vários séculos de história tanto para a Fortaleza como para a Ermida de mesmo nome, tal como várias mudanças a que este local foi sujeito. O

objetivo deste estudo é identificar as alterações sofridas pela fortaleza ao longo do tempo.

Era difícil selecionar um período face a outro para ser alvo da primeira publicação. Mas o século XVIII está “recheado” de terramotos e muitas mudanças na vida da comunidade e da política, para além de alterações neste sistema defensivo, e o sismo de 1755 sempre suscita alguma curiosidade.

Para melhor se compreender este monumento, a metodologia da Arqueologia da Arquitetura, como já se havia mencionado, foi a escolhida. Existem sempre dois momentos da investigação em arqueologia, no que aos períodos históricos diz respeito, o primeiro momento, tem duas fases, primeiro uma investigação a partir de documentos, mapas e iconografias históricas e a revisão de literatura em segundo lugar, e na segunda fase a análise da estrutura ou do local em estudo.

Para o efeito de se entender a história deste local, uma investigação intensiva nos seguintes arquivos foi efetuada: ao Arquivo Nacional da Torre do Tombo, ao Arquivo Histórico Militar, e ao Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar – Direção de Infraestruturas do Exército. O acervo e o apoio destas instituições foram essenciais para obter uma linha cronológica consistente dos eventos deste século e alterações desta Fortaleza, algo que até ao momento não havia sido feito. Este foi, portanto, o primeiro momento. De seguida, procedeu-se a uma revisão de literatura, de forma a complementar a história traçada para a fortaleza.

A análise da informação recolhida, com a maior ênfase possível na iconografia, permitiu traçar a evolução da configuração da Fortaleza. A

Arqueologia da Arquitetura, o método escolhido para registar e avaliar as fases construtivas deste edifício, permitiu entender o antes e o depois e oferecer a melhor proposta evolutiva (não só para o século XVIII, mas para todos os séculos).

Em agosto de 2021, foi realizado o primeiro trabalho de campo na fortificação, com o intuito de identificar *in situ* todos os contextos que compõem a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. A Arqueologia da Arquitetura apresenta a premissa de que todos os edifícios são, a algum ponto da sua existência, modificados para acomodar novas funções. Cada construção, destruição, desmantelamento e reconstrução representam um momento e tipo específico e por isso, um contexto ou unidade estratigráfica diferente.

Os momentos podem ter sido causados por forças naturais (as destruições) enquanto os restantes momentos são causados pela força humana. Pode-se admitir que todos os edifícios que foram sujeitos a mudanças são pluritipológicos e pluriestratigráficos.

Este segundo momento, foi o que durou mais tempo e exigiu um registo, desenhos e interpretação minuciosos. É necessário captar a mais tênue diferença com o passar do tempo, pois este altera a política, a tecnologia, a economia e até a arte bélica.

É com este século que se pode dizer que, de certa forma, a datação quase que é absoluta, não só pela quase irrefutável evidência oferecida, mas pelos testemunhos sobreviventes na estrutura.

Por fim, gostaria de agradecer às instituições que tão bem me acolheram (e acolhem), o Arquivo Histórico Militar e o Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, este último, dirigido pelo Coronel José Berger, o meu orientador externo, pelo qual tenho um enorme apreço. De igual forma, um obrigado incondicional à minha orientadora interna na NOVA FCSH, Dr^a Leonor Medeiros e ao Dr. Fernando Pessanha do Arquivo Histórico Municipal António Rosa Mendes do Município de Vila Real de Santo António que me tem auxiliado imenso na história e fortalezas do Algarve.

2. Breve Contextualização

De forma a se poder perceber a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, é essencial providenciar um brevíssimo contexto sobre o Algarve na Idade Moderna, tal como explicar a conceção deste novo dispositivo defensivo.

O Algarve possui condições geográficas que sempre condicionaram a sua história. As suas fronteiras são permeáveis e permitiram, em diversos momentos históricos, a chegada e assentamento de diversos povos (fenícios, romanos, muçulmanos...), que deixaram variadas marcas no território, fosse pela

toponímia, arquitetura, vivências, tradições, entre outros aspetos.

Contudo, não foi apenas boas influências que penetraram no território. Essa mesma permeabilidade das fronteiras permitia que as populações sofressem ataques constantes por parte dos inimigos, algo possível de verificar com a vasta fortificação do território, especialmente nas zonas costeiras, e em diversas cronologias.

Em plena Idade Moderna, nos finais do século XV a meados do século XVI, o Algarve, região portuguesa com uma relevante posição estratégica nos ditos “descobrimentos”, era fundamental para abastecimento e socorro às praças-fortes conquistadas no Norte de África. Esta situação começaria a reverter quando, no decorrer do século XVI, verifica-se o progressivo abandono das fortalezas desde o Sul de Marrocos em direção ao Norte (Magalhães, 1999, p.258). O litoral algarvio, zona que suportava e providenciava alimentos e ajudas, passaria a ser o ponto do território mais enfraquecido perante ataques de corsários e piratas berberes e turcos (Coutinho, 1991, p.97).

Seria a partir do desaparecimento (e morte) do rei D. Sebastião, em 1578, que o Algarve ficaria cronicamente vulnerável face a estas ameaças (Magalhães, 1999, p.258). A situação viria a piorar com a União Ibérica, concretizada com a subida de Filipe II de Espanha (I de Portugal) ao poder português em 1580. Com este novo paradigma, novos problemas surgiram devido às rivalidades existentes entre o monarca ibérico e alguns povos europeus (nomeadamente os holandeses, os franceses e os ingleses) (Coutinho, 1999, p.263).

Assim sendo, a Inglaterra e a Holanda, acabariam por não fazer distinções entre os territórios espanhol e português. O Algarve, devido à sua proximidade com Cádis, foi o território que mais incursões dos inimigos sofreu, em virtude da chegada dos navios carregados de metais preciosos oriundos do Novo Mundo (Coutinho, 2001, p.69).

Estas constantes ameaças de invasões e o uso de armas de fogo determinaram modificações na arte de fortificar. Era necessário um trabalho

de prospeção consistente, em que se inventariaria os dispositivos defensivos existentes e ainda se identificaria os melhores locais para a construção de novas fortalezas. Assim, foi a Alexandre Massaii¹, engenheiro italiano ao serviço de D. Filipe II de Portugal, que fora ordenada a elaboração de um relatório de inspeção às fortalezas algarvias e propostas de fortificações nos pontos mais vulneráveis.

O primeiro relatório em questão, data de 1617, e está arquivado na Torre do Tombo: *“Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache”* (PT/TT/CCDV/29).

Neste relatório, de certa forma, preliminar, o engenheiro militar oferece as suas primeiras noções sobre a Vila Nova de Portimão. De forma muito concisa garante que, a vila era dotada de muralhas antigas e incapazes, as populações dos arrabaldes eram vulneráveis a ataques e só uma nova fortificação com capacidade defensiva e ofensiva poderia solucionar o problema.

Volvidos quatro anos, Alexandre Massaii emite um novo relatório, desta vez intitulado *“Descrição do Reyno do Algarve”* (sic.) (MC.DES.1402), arquivado no Museu da Cidade de Lisboa. Massaii conta então, com o auxílio de onze pessoas para determinar a localização da nova fortaleza. Contudo, nunca existiu um consenso no que concernia a implantação do novo sistema defensivo.

Enquanto oito das onze pessoas defendiam a construção do forte em Ferragudo, as restantes três defendiam que a construção do forte deveria ser entre a Mexilhoeira e Silves, no

¹ Alexandre Massaii, nasceu em Nápoles, Itália, em meados do século XVI. Chegou a Portugal em 1589. Este engenheiro não só realizou dois extensos relatórios sobre a defesa da costa de Portugal e posteriormente do Algarve, dirigiu também obras de

edificação de fortalezas como o Forte da Cabeça Seca, da Ilha do Pessegueiro e na costa adjacente. Acabaria por morrer em Sines em 1638 (Guedes, 1988, p.77).

local que se denominava Santa Catarina de Ribamar. Apenas Massaii era de parecer favorável que a fortificação se deveria erigir na ponta de Santa Catarina de Baixa-mar¹, local onde já existia uma pequena ermida em honra de Santa Catarina de Alexandria. Era o melhor sítio para defender Vila Nova de Portimão e Silves, impedindo a entrada de inimigos no rio, e protegendo de forma eficaz quem vivia intra e extramuros.

A Ponta de Santa Catarina de Baixa-mar é na Praia da Rocha, na sua falésia entre o mar e o rio Arade e foi onde a Fortaleza terá sido construída, englobando a ermida nesse local, entre 1630 e 1633, altura pela qual, em diligências dão conta que a nova fortaleza em Vila Nova de Portimão “vai-se acabando” (PT/TT/CC/2/364/00141). No entanto, terá sido artilhada nesse referido ano, dando início às suas funções defensivas. O que é certo, é que não existe um consenso entre as fontes históricas para o ano em que a Fortaleza terá

sido construída. Enquanto três anos soa extremamente plausível devido à necessidade permanente de defesa, uma carta dá conta de que em 1642, apesar de artilhada, ainda não estava concluída (Callixto, 1991, p.114). Uma janela cronológica de cerca de doze anos não parece razoável devido, novamente, à necessidade defensiva.

Pelos anos vindouros, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar continuaria imponente na sua falésia e ainda se assistiu à construção do Forte de São João do Arade, em Ferragudo, com o qual poderia cruzar fogos e melhor defender a barra do rio, porque, com os primeiros anos de utilização da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, rapidamente se entendeu que os navios inimigos podiam abrigar-se na encosta da falésia, nunca sofrendo nenhum ataque. As alterações mais significativas na sua configuração e história chegariam com o século seguinte

3. Um Século e Três Terramotos

Sem dúvida que no século XVIII, um terramoto é mais conhecido do que outros. O Terramoto de 1755 é erradamente referido como o Terramoto de Lisboa, pois o Algarve fora tão gravemente destruído pela sua força como Lisboa. Contudo, o que a muitos escapa, é que em anos anteriores, o Algarve já havia sentido a força dos tremores de terra.

O primeiro a demonstrar a sua força foi a 6 de março de 1719. O seu epicentro foi em Vila Nova de Portimão. Ao que tudo indica, não terá

sido o mais destruidor na escala do Reino do Algarve, mas os seus estragos reportados eram focados nas localidades costeiras e ribeirinhas, não verificando assim, uma magnitude superior aos terramotos que lhe procederam (ANPC, 2010, p.33).

Contudo, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar está localizada na costa e, sendo alvo de um constante desgaste pela ação do sol, vento e água (maresia e chuva), poderia estar vulnerável ao primeiro abalo sentido nesse

¹ No ponto mais curioso deste estudo, a Fortaleza que foi efetivamente construída é conhecida por “Santa Catarina de Ribamar” apesar de ter sido construída na Ponta de Santa Catarina de Baixa-mar. Não se sabe em que altura os dois

conceitos se misturaram, visto que Baixa-mar invoca a beira-mar, portanto no ponto mais a Sul, enquanto Ribamar invoca a subida do mar pelo rio, ou seja, para Norte.

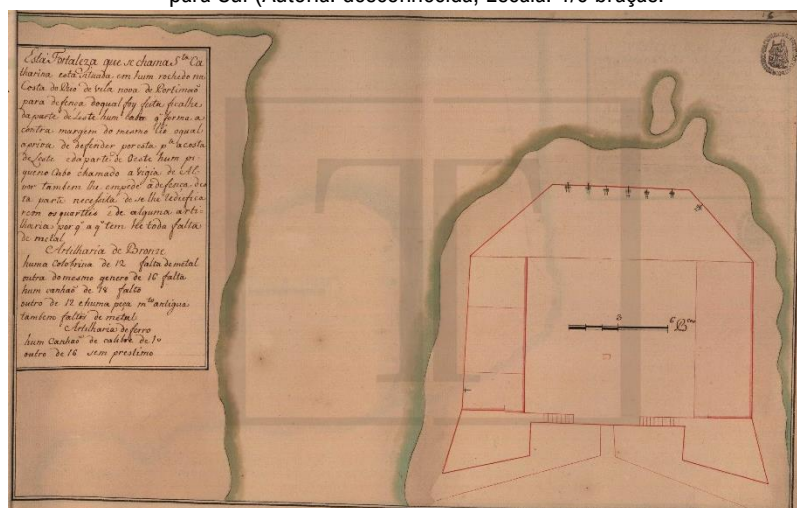
século. De qualquer das formas, não existem estragos relatados para o edificado.

Nesse mesmo ano, um relatório de inventário de fortalezas de Portugal que pudessem fazer frente a Espanha, dava conta das duas fortalezas na barra de Vila Nova de Portimão em boas condições. Infelizmente é impossível datar se o relatório foi feito antes ou depois do terramoto. Contudo, pode-se inferir que, tivesse sido feito antes ou depois, considerava-se que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar era capaz de defender a entrada do rio Arade (PT/AHM/DIV/3/01/01/10). O segundo abalo sentido neste século viria a acontecer a 27 de dezembro de 1722. Desta vez, os estragos foram descritos nas Memórias Paroquiais. Os efeitos haviam sido catastróficos, quase destruindo a vila de Loulé e provocando avultados danos noutras vilas, ao qual Vila Nova de Portimão não escapou

(ANPC, 2010, p.33). No entanto, apesar de se saber que este sismo em questão provocou estragos e perdas, não existem registos sobre os efeitos que este terramoto teve sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar.

Só nove anos depois, em 1731, é que se começou a relatar os primeiros problemas com a estrutura e as condições da Fortaleza. Aquando de uma forte tempestade, a mesma inundou, levando à evacuação do Capitão e soldados (Torre do Tombo, Gazeta de 22 de fevereiro de 1731). Piores notícias estariam por vir, em 1754, quando uma inspeção ordenada pelo Governador e Capitão General do Algarve, D. Rodrigo António de Noronha e Menezes, relatou que a Fortaleza necessitava de obras urgentes, especialmente para reverter a ruína nos quartéis e precisava de artilharia atualizada (PT/TT/MR/1/70 folha 16) (Figura 1)

Figura 1 - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar em 1754 (orientada Sul-Norte). É a primeira representação no século XVIII e é possível ver o seu fosso, os dois meios-baluartes a Norte, os quartéis e os canhões na Praça Baixa, para Sul (Autoria: desconhecida; Escala: 1/6 braças).



Fonte: PT/TT/MR/1/70, Folha nº16

Em variadas obras em que esta Fortaleza é referida ou levemente estudada, atribui-se como causa da sua ruína o Terramoto de 1755. Com o auxílio das fontes históricas pode-se inferir que, apesar de o Terramoto e Maremoto

de 1755 contribuírem ainda mais para arruinar a Fortaleza, ela já se encontrava em muito mau estado e em ruína, especialmente na zona dos quartéis. A estrutura podia estar fragilizada por diversos motivos, não se descurando de

qualquer forma os dois terremotos anteriores, mas a proximidade ao mar e a erosão que este provoca (tal como o vento), são fatores importantes.

Assim, em plena conjectura de ruína e luto no país, o Algarve sofria também com as incertezas e o perigo iminente devido aos seus fortes se encontrarem em ruína parcial ou total, impossibilitados de oferecer proteção. Com todos estes fatores, a grande parte da

população só resta uma opção: migrar para outros pontos do país. Só em 1758, segundo as Memórias Paroquiais, é que as reparações imediatas na Ermida de Santa Catarina de Ribamar e na Casa do Capitão estariam concluídas (Ventura e Marques, 1993, p.41), notando-se desta forma uma ausência de qualquer obra ou tentativa de reestruturar ou reedificar o resto do forte, especialmente nos quarteis a Oeste que abrigavam a guarnição.

4. E Depois dos Terramotos, a Inação

Por quase quatro décadas após o Terramoto de 1755, apesar de se denunciar constantemente a ruína do forte, nenhuma ação foi tomada para reverter a situação. As últimas obras, realizadas por emergência, foram em 1758. Só em 1763 surgiria o primeiro relatório das praças do Reino do Algarve, no qual, sem surpresas algumas, se denota uma ruína substancial das duas fortalezas de Vila Nova de Portimão (PT/AHM/DIV/3/09/87/03, Folha nº2).

Em 1765, surge o primeiro relatório pormenorizado sobre a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. O documento elaborado pelo Sargento-mor Romão José de Rego, engenheiro militar e sargento-mor da Praça de Vila Nova de Portimão, descreve que todos os quarteis da guarnição, localizados a Oeste, continuavam em ruínas (o que comprova que em dez anos nenhuma ação tentou reverter a situação) e pior ainda, o quartel a Este, a Casa do Capitão, já se encontrava inabitável, sete anos depois das obras de reparação (PT/AHM/DIV/3/09/87/05, Folha nº9).

Durante quase três décadas, nada seria feito em relação à situação de ruína da Fortaleza. Mas a perspetiva começa a alterar-se, aquando do serviço do engenheiro militar José de Sande Vasconcelos¹. A primeira grande prospeção às fortalezas do Algarve foi realizada pelo Sargento-mor/Major José de Sande Vasconcelos, quando foi destacado para a região, entre 1772 e 1783. Esta parece ser a baliza temporal do trabalho “*Planos Configurados das Fortalezas do Reino do Algarve*” (sic.), encomendado pelo Conde de Resende, Governador e Capitão-General do mesmo reino.

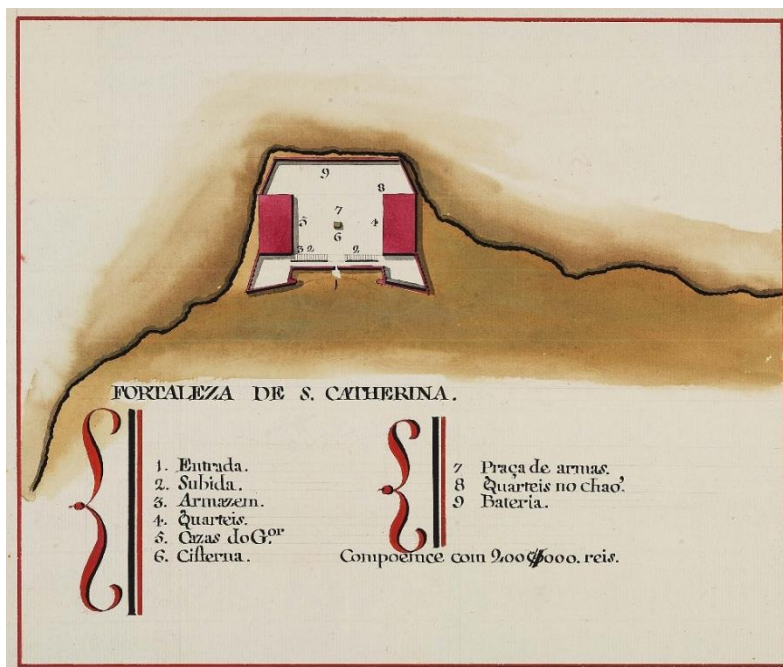
Com este trabalho, várias fortalezas algarvias são desenhadas e analisadas, ao qual, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar não foi exceção (Figura 2). Nesta primeira planta conhecida para o pós-terramoto de 1755, é possível averiguar alguns dos estragos provocados. A Fortaleza é representada na sua típica configuração trapezoidal com dois meios-baluartes nas extremidades da Fachada Norte e

¹ José de Sande Vasconcelos (1738-1808) foi um engenheiro militar responsável pelo registo cartográfico do Algarve, das suas fortalezas e de novos planos de fortificação. Ao longo deste artigo, Sande Vasconcelos altera de patente militar três vezes: Sargento-Mor/Major (pré 1769-1783), Tenente-Coronel (1783-

1790) e Coronel (1790-1797). É o autor do conhecido “*Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve*” (sic.) do qual existem três versões (Callixto, 1983, p.304).

as suas escadas de acesso e a Ermida não aparece identificada.

Figura 2 - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar representada pela primeira vez por José de Sande Vasconcelos, entre 1772 e 1783. (Orientação Sul-Norte; Escala desconhecida)



Fonte: PT/GEAEM-DIE/300/1/8A/96

Com esta prospeção, confirma-se que trabalhos adicionais após 1758 ainda não tinham acontecido, e que a quantia de reedificação rondava os duzentos mil reis, caso fossem aprovadas as obras. Ainda enquanto Sargento-mor, Sande de Vasconcelos emite o seu “*Mappa dos Orçamentos do que Podem Custar as Reedificações das Fortalezas deste Reino*” (sic.), no qual orçamenta um milhão de reis para as obras na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar e para o Forte de São José da Meia Praia, não discriminando os valores para cada, e assim não se sabendo se o orçamento para a Fortaleza aqui em estudo aumentou (PT-GEAEM/DIE-4010_II-1-3-5).

Anos mais tarde, de forma a se poder reanalisar todos os estragos nas fortalezas da costa do Algarve, o Tenente-Coronel José de Sande de Vasconcelos seria encarregue de prospetar a área de novo e submeter os seus pareceres ao Conde de Vale de Reis.

É neste contexto que surge o “*Mappa de Configuração de todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve*” (sic.). Existem três versões similares deste trabalho, não são cópias, pois as configurações variam, apesar da essência ser a mesma. Uma delas, está na Biblioteca Nacional de Portugal (BNP) (Figura 3), está datada de 1788, uma está no Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar-Direção de Infraestruturas do Exército (GEAEM-DIE) (Figura 4) e outra está na Biblioteca Nacional do Brasil (BNB) (Figura 5), ambas datadas entre 1783 e 1790.

A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é representada com o número vinte e seis, e continua com a sua representação clássica em forma trapezoidal e os dois meios-baluartes na fachada Norte. Apesar de se saber que nenhuma obra havia sido realizada dentro do dispositivo defensivo, nesta prospeção apenas se admite que a cisterna continua arruinada e a

Praça Baixa (a bateria) possuía ainda cinco peças de artilharia. As três plantas não possuem escala e estão orientadas de Oeste para Este.

Figura 3 - Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível na BNP (BNP/BND ca-8-r), datado de 1788.



Figura 4 - Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível no GEAEM-DIE (PT/GEAEM-DIE/76/1/8A/96), datado entre 1783-1790

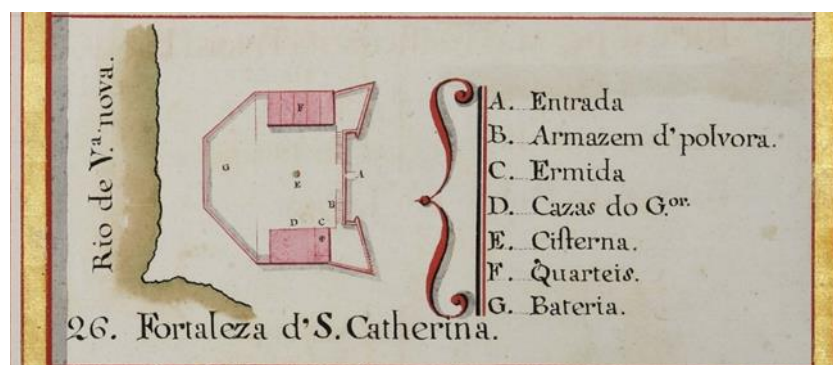
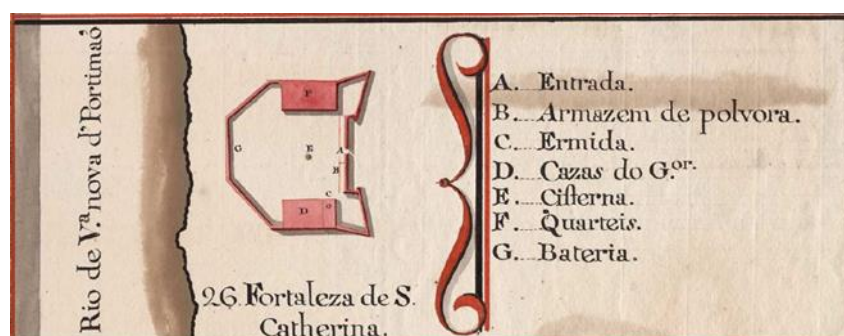


Figura 5 - Excerto da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar (Nº26) no exemplar disponível na BNB (CAM-01,006 - Cartografia), datado entre 1783-1790



5. A Reedificação de 1794

Na primavera de 1792, relata-se que a Fortaleza possuía alguma artilharia, contudo, denunciava-se o estado decadente de alguns panos de muralha que havia ruído e que já não existiam

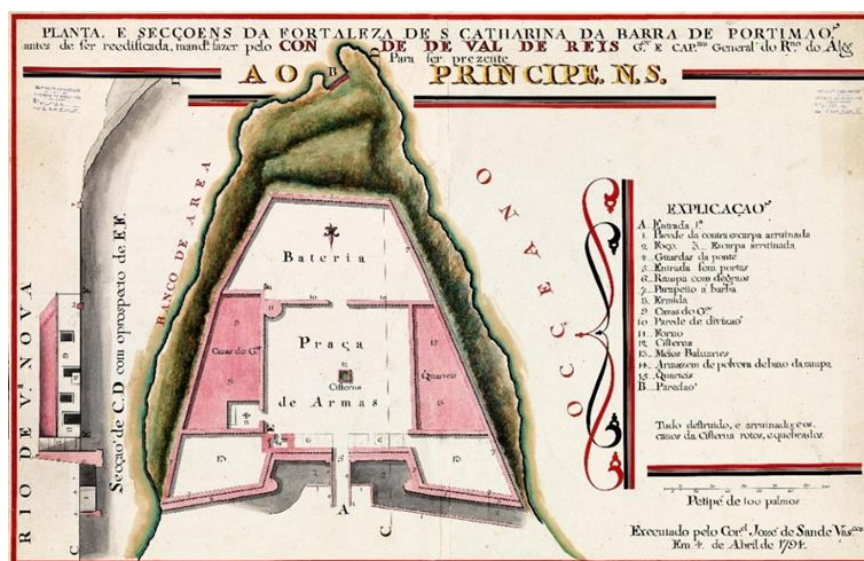
portas ou bandeira no local. A 1 de Novembro de 1792, a Fortaleza sem condições e com o quartel arruinado, leva o Governador a pedir para residir em Vila Nova de Portimão com a família e todos os dias deslocar-se-ia até à fortificação. O último relato da ruína da Fortaleza data de 30 de abril de 1793, altura pela qual se afirma que a cisterna apresenta ruturas e os quarteis necessitavam de obras no telhado (PT/AHM/DIV/3/09/87/08, Folha nº6).

A tão desejada obra só viria a acontecer em 1794, a cargo do Coronel José de Sande Vasconcelos. Assim, na primeira planta apresentada (Figura 6), datada de 4 de abril de 1794, o autor explica os vários setores que se encontram em ruína, como é o caso da escarpa

e contraescarpa (do fosso e da ponte), a entrada não possuía porta (o que está em concordância com o que já havia sido dito dois anos antes), e conclui que “está tudo destruído e arruinado e os canos da cisterna rotos e quebrados”.

A planta apresenta diversos pormenores já conhecidos, como a ermida, o armazém da pólvora e apresenta alguns elementos nunca concebidos, como um forno. É também, a primeira vez que se observa um corte longitudinal, no qual se pode ver as entradas para a ermida e quartel do governador e as suas janelas. Com um traço muito claro, é possível observar o perfil do forno.

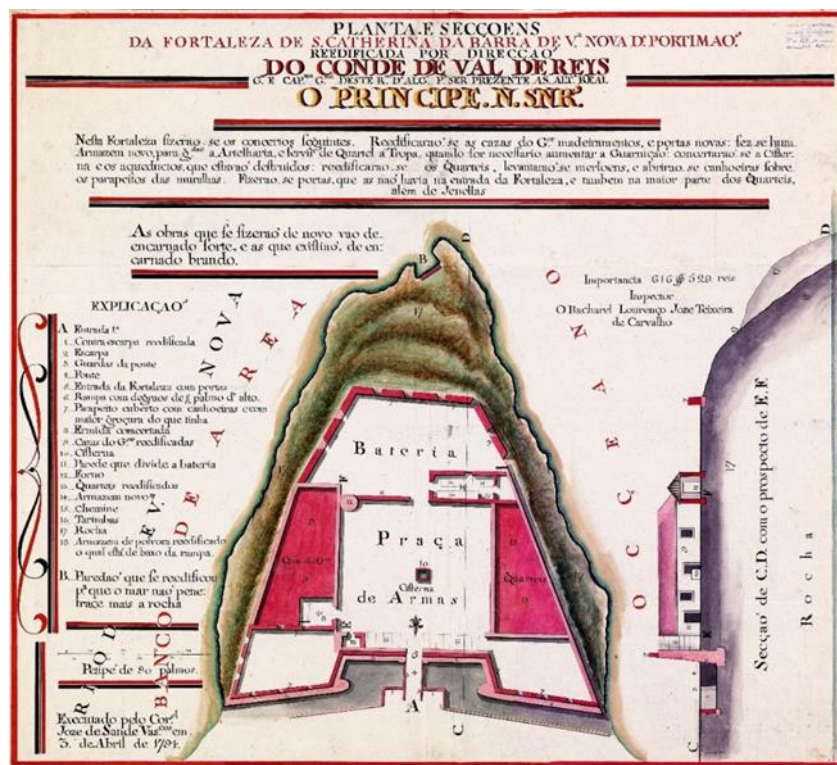
Figura 6 - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar antes da reedificação coordenada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos (Orientação: Sul-Norte; Escala: 100 palmos; Fonte: PT/GAEM-DIE/4017_I/2/21A/105)



Já na planta do pós-obras, datada de 3 de abril de 1794 (Figura 7), representa-se e comenta-se as diversas alterações efetuadas na fortaleza, com especial foco para todo um novo anexo (no extremo Sul dos quarteis de Oeste) que pudesse servir de armazém e

quartel. De uma forma muito geral, a casa do Governador fora reedificada, tal como o antigo quartel da guarnição, os telhados e portas foram recuperados, e as muralhas foram reforçadas. A quantia da reedificação perfez 616.529 reis.

Figura 7 - A Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar depois da reedificação coordenada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos (Orientação: Sul-Norte, Escala: 90 palmos; Fonte: PT/GAEM-DIE/4017_II/2/21A/105)



Dois anos após esta avultada reedificação, é revelado que a mesma já necessitava de ser guarnecida com pelo menos quatro peças de artilharia (PT/AHM/DIV/4/1/04/19, Folha nº9). Já na reta final do século XVIII, mais três plantas são conhecidas para a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar. São os últimos registros desta fortificação para este período, que é o mais rico no que concerne plantas. Os séculos vindouros ficariam mais pautados pelo registo escrito e inspeções do que pelos desenhos da Fortaleza. Uma das plantas é

um borrão¹ (Figura 8) feito pelo Coronel José de Sande Vasconcelos, datado entre 1794 e 1797. As duas plantas restantes, uma é de autoria desconhecida e não possui datação (Figura 9) e a outra é de autoria do Capitão Baltazar de Azevedo Coutinho² em 1798 (Figura 10). O interessante nestas plantas é serem idênticas na sua configuração, podendo-se pôr em questão se a que não tem autoria/datação não se poderá tratar de um borrão.

¹ Um borrão é uma primeira feição de algo. É um rascunho que se faz no borrador (caderno).

² Baltazar de Azevedo Coutinho (1765-1823) foi um engenheiro e cartógrafo militar e foi discípulo de José de

Sande Vasconcelos e serviu no Algarve (Pessanha, 2021, p.6).

Figura 8 – Borrão da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar pelo Coronel José de Sande Vasconcelos (entre 1794 e 1797). (Orientação: Sul-Norte, Escala: desconhecida; Fonte: PT/GAEM-DIE/4010/I/1/3/5)

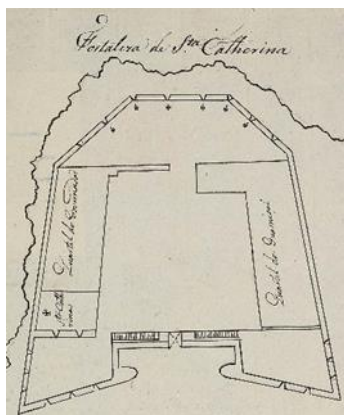


Figura 9 – Borrão (?) da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, com autoria desconhecida (pós-1794). (Orientação: Sul-Norte, Escala: 10 braças; Fonte: PT/GAEM-DIE/209/1/8A/96)

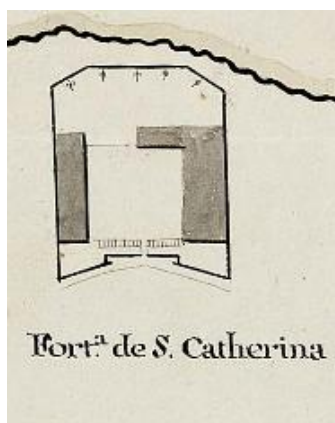
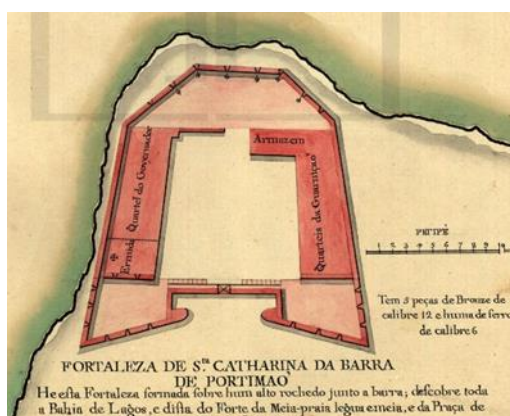


Figura 10 – Planta da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, pelo Capitão Baltazar de Azevedo Coutinho (1798). (Orientação: Sul-Norte, Escala: 10 braças; Fonte: PT/TT/CRT/211, Folha nº18)



6. O que diz a Arqueologia da Arquitetura?

Tendo em conta a informação recolhida aderindo aos princípios da Arqueologia da Arquitetura, as unidades estratigráficas são registadas numa ficha formulada para o efeito, e são diferenciadas pelos materiais de construção, o aparelho de construção, o estado de conservação e qualquer tipo de traçaria, inscrição ou elemento decorativo que possa datar o contexto em questão.

Em variados casos, o edifício em estudo, de forma total ou parcial, pode estar rebocado, o que impossibilita a leitura dos diversos contextos presentes no edificado e subjacentes à camada protetora. A solução é a realização de sondagens parietais, no qual se pica o reboco numa janela pré-definida e aprovada, de forma a se poder expor o aparelho e materiais até então escondidos. Este é um dos muitos problemas identificados na Fortaleza e que complicam a leitura da mesma. Pior ainda, várias paredes foram reforçadas com betão armado, apesar de apenas se ter localizado uma até ao momento.

Um Pedido de Autorização para Trabalhos Arqueológicos (PATA) foi submetido, seguindo todas as especificidades do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (RTA – Decreto-Lei nº164/2014, Diário da República, 1ª série, nº213 de 4 de novembro de 2014). Como a intervenção incide sobre um bem cultural imóvel classificado, um relatório prévio a servir de apoio ao PATA teve de ser elaborado de acordo com o Decreto-Lei nº140/2009 (Diário da República, 1ª série, nº113 de 15 de junho de 2009). Até ao momento, aguarda-se o parecer da entidade gestora da fortaleza, a Administração dos Portos de Sines e do Algarve, e da entidade proponente, a Câmara

Municipal de Portimão e aguarda-se resposta ao projeto por parte da Direção-Geral do Património Cultural e da Direção Regional de Cultura do Algarve.

Na Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, vários aparelhos construtivos são identificados na sua fachada principal, que possui a alvenaria e os sucessivos remendos expostos, notando-se uma ausência quase total de reboco. O curioso é que não existem elementos datáveis do século XVIII nessa mesma fachada, o que deixa a questão, qual o elemento que sobrevive desta centúria?

A Arqueologia da Arquitetura permite também demonstrar a evolução do edificado através das suas divisões e as suas funções. E é exatamente com recurso a esta evolução espacial que se consegue definir a Fortaleza no século XVIII.

O século XVIII, como se pôde averiguar pelo percurso histórico, foi pautado por grandes alterações, nomeadamente no recinto da Fortaleza. Os vários terramotos foram deixando a sua marca na estrutura, especialmente na zona dos quarteis (virados a Sul). A situação seria sempre insustentável sem qualquer tipo de obras que visassem a sua recuperação ou a sua manutenção e só tendia a piorar.

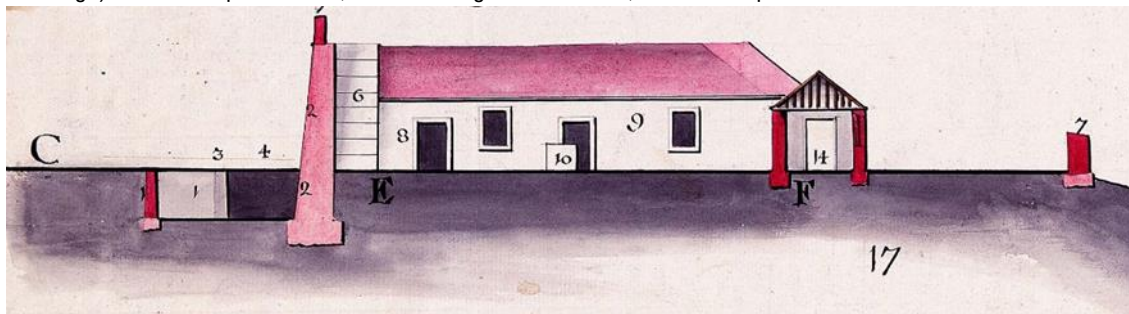
Muitos outros locais foram intervencionados em 1794, e sabe-se isso pelo recurso à iconografia e aos relatos. Por exemplo, a escarpa e contraescarpa do fosso fora reerguida. Mas é impossível verificar tais alterações sem sondagens de diagnóstico a cota negativa, de forma a reencontrar o fosso aterrado em 1941, e são definitivamente ações muito mais intrusivas.

As obras no interior do poço, de forma a recuperar e conectar os tubos são também difíceis de verificar (PT/GAEM-DIE/4017_II/2/21A/105).

Com a obra liderada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos assiste-se à construção

de um anexo no extremo Sul dos quarteis de Oeste, de forma a servir de prolongamento aos mesmos. O anexo tem 8m por 5,5m, e originalmente tinha apenas uma porta, voltada a Este e é possível de ser observada na Figura 11 e tinha apenas uma janela, de forma circular, voltada a Sul.

Figura 11 – Excerto da planta executada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos em 1794 (retirada da figura 7 deste artigo). No corte é possível ver, no fim do segmento à direita, a fachada e porta Este do anexo e o seu telhado



Este é de facto o único elemento identificável do século XVIII. Algo impossível é conjecturar a configuração do interior dos quarteis (quais paredes existiam, foram demolidas ou

construídas). Atualmente tem mais uma porta, voltada a Sul e mais uma janela retangular voltada a Oeste (Figura 12).

Figura 12 – A fachada e porta a Este do século XVIII (em cima) e a porta do século XX com a janela circular do século XVIII orientados a Sul (em baixo). É possível ver na última a janela quadrangular que é voltada a Oeste. Escala: 1/100



Fonte: 3DMS, 2020

No que concerne a funcionalidade dos espaços, o anexo perde a sua função original de quartel com tarima (Estrado alto de madeira onde dormiam os soldados nos quartéis e postos de guarda.). Na reta final do século XIX, sabe-se que toda a extensão dos quartéis a Ocidente passam por uma adaptação de forma a poder acolher, não só os soldados que serviam a Fortaleza, mas também a Guarda Fiscal e a Capitania do Porto de Portimão.

Chegado aos inícios do século XX, o anexo seria dividido e na sua parte mais a Este, passou a albergar o Instituto de Socorro a Náufragos, no qual se procede à construção de uma segunda porta (virada a Sul), e na extensão mais a Oeste, nas instalações da

Capitania do Porto de Portimão abre-se uma janela de forma retangular.

A partir de 1940, altura em que a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é desafetada do Ministério da Guerra e é entregue ao Ministério das Finanças, assiste-se a uma conversão do edificado para albergar instalações de promoção ao turismo. O anexo construído no século XVIII, e em especial, na vertente Este, antes ocupada pelo Instituto de Socorro a Náufragos, passa a ser uma casa de banho pública. Com o fecho do restaurante e da cafetaria, nos inícios do século XXI, os restantes elementos de apoio fecharam e por isso, o anexo em questão deixou de ser utilizado.

7. Considerações Finais

A informação recolhida a partir de fontes escritas e iconográficas dedicadas a este monumento militar e a análise do edificado em si, na sua perspetiva da Arqueologia da Arquitetura e da evolução dos espaços, permite tirar algumas conclusões.

É impossível compreender as principais etapas ou fases da evolução da construção da Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar, sem antes compreender a ocupação do espaço e as dinâmicas a que estava sujeito. A Fortaleza é uma construção de raiz, aproveitando uma pequena ermida, e ao qual sucessivas mudanças foram realizadas. Os terremotos evidenciaram e pioraram uma situação de más condições de preservação pela ação do vento, do sol e da água (maresia e chuva).

A força dos abalos de terra acabaria por arruinar parcialmente as zonas mais frágeis, como por exemplo, os quartéis, e a força do

maremoto de 1755 deu o golpe final. Um outro aspeto que se deve considerar para uma continuada má conservação verificada, não só neste século, mas nos restantes, é a falta de manutenção pelas entidades gestoras, a falta de orçamento e a falta de recursos humanos.

O anexo, construção orientada pelo Coronel José de Sande Vasconcelos, servia originalmente de extensão aos quartéis de Oeste, reservados para os soldados aqui alocados. Apesar de não se saber concretamente o porquê desta construção, pode-se conjecturar que se esperava uma maior guarnição e, portanto, maior necessidade de alojamento. De igual forma, pode-se conjecturar que o anexo poderia ter uma função dupla, tanto de alojamento como de armazém.

A sua função original vai-se alterando nos finais do século XIX, quando toda a extensão dos quartéis a Oeste são divididos para albergar

duas novas instituições, mantendo de igual forma uma parte reservada aos soldados. O século XX, é quando se verifica que o anexo é dividido em duas partes, sendo uma atribuída à Capitania do Porto de Portimão e a outra parte ao Instituto de Socorro a Náufragos. Posteriormente, e essa é a sua utilidade mais recente, uma parte foi convertida a casas de banho. Ou seja, as necessidades alteraram-se e o anexo teve que se alterar para se manter em concordância e ser de utilidade.

Profundamente alterada, a Fortaleza de Santa Catarina de Ribamar é um monumento importante, não apenas para a história de

Portimão e do Algarve, mas também para a história de Portugal e para a história da defesa nacional. O século aqui em estudo é um dos séculos mais ricos em alterações e evolução do espaço, especialmente pela perspectiva histórica. A perspectiva arqueológica foca-se, neste caso concreto, no recinto.

Espera-se que o presente artigo e a dissertação em desenvolvimento possam oferecer mais informações sobre a arquitetura militar e a sua evolução no século XVIII, a evolução e gestão dos espaços neste período, tal como a aplicação da Arqueologia da Arquitetura a um monumento de Idade Moderna.

- ANPC. (2010). Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve. Carnaxide: Autoridade Nacional de Proteção Civil.
- Callixto, C. (1991). Castelos e Fortificações Marítimas do Concelho de Lagoa. Faro: Algarve em Foco. D.L.
- Coutinho, V. (1991). Castelos, Fortalezas e Torres. Faro: Algarve em Foco. D.L.
- Coutinho, V. (1999). As Fortalezas da Costa Algarvia durante o Período das Economias-Mundo Centradas em Amsterdão e em Londres in O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História. Lisboa: Colibri. pp.263-268.
- Coutinho, V. (2001). Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve: do Período Islâmico ao Século XVIII. Portimão: Instituto de Cultura Ibero-Atlântica.
- Magalhães, J. (1999). A Conjuntura Económica in O Algarve: da Antiguidade aos Nossos Dias: Elementos para a sua História. Lisboa: Colibri. Pp.253-262.
- Ventura, M. & Marques, M. (1993). Portimão. Coleção Cidades e Vilas de Portugal. Lisboa: Presença.

Arquivos

Torre do Tombo:

- PT/TT/CCDV/29 - Descrição e Plantas da Costa, dos Castelos e Fortalezas, desde o Reino do Algarve até Cascais, da Ilha Terceira, da Praça de Mazagão, da Ilha de Santa Helena, da Fortaleza da Ponta do Palmar na Entrada do Rio de Goa, da Cidade de Argel e de Larache. Alexandre Massaii, 1617.
- PT/TT/CC/2/364/00141 - Cópia das Diligências feitas pessoalmente pelo Dr. Francisco Soares de Albergaria, Corregedor da Comarca, pelo Capitão Mor de Vila Nova de Portimão, pelo Sargento Mor, e pelos Três Capitães de Infantaria Nela Existentes, em Cumprimento de Ordem Régia emanada pelo Tribunal do Governo de Portugal e do Mandado do Governador do Reino do Algarve. 20 de Julho de 1633.
- PT/TT/CRT/211 – Fortificações do Algarve, por Baltazar de Azevedo Coutinho, 1798.
- Torre do Tombo, Gazeta de 22 de Fevereiro de 1731.
- PT/TT/MR/1/70 – Visita às Fortalezas e Praças do Reino do Algarve, pelo Respectivo Governador e Capitão General. 22 de Junho de 1754.

Museu da Cidade de Lisboa:

- MC.DES.1402 – Descrição do Reyno do Algarve. Alexandre Massaii, 1621.

Arquivo Histórico Militar:

PT/AHM/DIV/3/01/01/10 - Praças, Castelos, Fortes e Reductos que El-Rei de Portugal tem Artilharia e Guarnição e as de Castela que fazem frente a Portugal. 1719.

PT/AHM/DIV/3/09/87/03 - Praças do Reino do Algarve desde Albufeira até a Fortaleza da Arrifana. 1763.

PT/AHM/DIV/3/09/87/05 - Fortalezas do Reino do Algarve. Estado em que se acham, sua importância e reedificações que nela são necessárias. Sargento mor Romão Jozé do Rego. 18 de Julho de 1765.

PT/AHM/DIV/3/09/87/08 - Relação Abreviada do Estado Presente em que se achão as Praças, Fortes e Baterias do Reino do Algarve feita em 1º de Abril de 1792.

PT/AHM/DIV/4/1/04/19 - PT/AHM/DIV/4/1/04/19 – Relações de munições das Fortalezas do Algarve pelo Capitão Manuel João Cordeiro. 1796.

Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar:

PT-GEAEM/DIE-4010_II-1-3-5 – Mappa dos Orçamentos do que Podem Custar as Redificaçoens das Fortalezas deste Reyno (do Algarve), pello Major Joze de Sande Vasconcelos. 1773-1780.

PT/GEAEM-DIE/300/1/8A/96 – Fortaleza de S. Catherina.

PT/GEAEM-DIE/76/1/8A/96 – Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

PT/GEAEM-DIE/4017_I/2/21A/105 – Planta e seções da Fortaleza de S. Catharina da barra de Portimão, antes de ser reedificada.

PT/GEAEM-DIE/4017_II/2/21A/105 – Planta e seções da Fortaleza de S. Catherina da barra de Portimão reedificada.

PT/GEAEM-DIE/4010/II/1/3/5 – Mappa das Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve entre Faro e Arrifana. Borrão de campo.

PT/GEAEM-DIE/209/1/8A/96 – Registo de Villa Nova de Portimão, Fortaleza de S.ta Catherina.

Biblioteca Nacional de Portugal:

BNP/BNB ca-8-r – Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.

BIBLIOGRAFIA

Biblioteca Nacional do Brasil:

CAM.01,006 – Cartografia - Mappa da Configuração de Todas as Praças, Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve.